

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

O futuro da Amazônia será decidido nesta década [The future of the Amazon will be decided in this decade]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

| | |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Item Type | Article |
| Authors | Fachin, Patricia |
| Publisher | Instituto Humanitas Unisinos - IHU |
| Rights | With permission of the license/copyright holder |
| Download date | 2026-06-25 09:52:53 |
| Link to Item | http://hdl.handle.net/20.500.12424/159826 |

cultura brasileira precisa de segurança no campo, segurança fundiária, financiamento pesado para o pequeno e médio agricultor, pois os grandes proprietários de terras já têm pesados investimentos em ciência e tecnologia e infraestrutura de transporte como rodovias e portos. Os pequenos e médios agricultores vivem endividados, vendendo o almoço para pagar a janta. Em regiões remotas não têm sequer o título da terra e frequentemente são ameaçados e mortos. O grande produtor consegue meios para arrumar financiamento através do BNDES, financiamento por grandes conglomerados e etc. Mas, por outro lado, não consegue escoar sua produção por falta de infraestrutura e sofre também com a violência no campo, já que às vezes é ameaçado por alguns movimentos mais radicais. Ambos, pequenos e grandes, sofrem com a falta de uma política agrícola consistente por parte do governo. Esses são os reais problemas e não as Áreas de Preservação Permanente - APPs e Reservas Legais.

IHU On-Line - Qual a importância de preservar as florestas?

Luiz Antonio Martinelli - Primeiramente, há uma importância ética de se preservar vários tipos de vidas para outras gerações. Se pensarmos em termos religiosos, seja qual for a religião, não deveríamos extinguir a obra do Criador. Não seria nosso direito. Do ponto de vista prático, a importância de se preservar florestas reside na estabilidade do funcionamento de todo o Planeta. As florestas exercem um fator preponderante no clima, por exemplo. São habitats naturais de várias plantas e animais de suma importância ao homem. A agricultura só existe porque ainda temos florestas. O maior enxoval do agricultor é um ecossistema equilibrado que consiga exercer seus serviços ambientais e as florestas são partes integrantes de inúmeros ecossistemas.

LEIA MAIS...

Luiz Antonio Martinelli já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Acesse na página eletrônica www.ihu.unisinos.br.

• “A poluição que a criação intensiva de gado causa na água e no ar é muito mais importante do que o aumento do efeito estufa”. Publicada em 18-02-2009. Acesse no link <http://migre.me/4JH5R>.

“O futuro da Amazônia será decidido nesta década”

Desmatamento, violência e subdesenvolvimento são características que persistem na Amazônia há mais de três décadas, constata o engenheiro agrônomo Adalberto Veríssimo

POR PATRICIA FACHIN

Trinta anos depois do boom de investimentos em infraestrutura, o Brasil volta a projetar a construção de grandes obras na região norte e nordeste do país, onde está localizada parte da Floresta Amazônica. Desta vez, o ciclo de empreendimentos traz à tona uma discussão atual: como ampliar o crescimento brasileiro preservando áreas florestais e garantindo qualidade de vida à população da região. “Aquele manto verde, quase impenetrável e destrutível, depois de três décadas de ocupação e desenvolvimento, está sendo degradado em função de uma economia baseada na extração dos recursos naturais de forma predatória”, denuncia Adalberto Veríssimo.

Romper com a conjuntura histórica de desmatamento, violência e pobreza na Amazônia, segundo o pesquisador do Imazon, é um dos desafios do governo. Em entrevista à IHU On-Line concedida por telefone, ele afirma que “se não forem feitos investimentos correspondentes em outras áreas, o PAC, por si só, não vai resolver o problema de subdesenvolvimento da Amazônia e pode, inclusive, agravar o desmatamento e os conflitos sociais”.

Adalberto Veríssimo é engenheiro agrônomo, pós-graduado em Ecologia, pela Universidade Estadual da Pensilvânia, EUA. Cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon, atualmente é pesquisador sênior da instituição. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor pesquisa a Floresta Amazônica há mais de 15 anos. Que transformações percebeu no ecossistema ao longo desse tempo?

Adalberto Veríssimo - Estudo especialmente a região da Amazônia e posso dizer que existem três características importantes na história da região. A primeira é em relação ao desmatamento: até 1975, apenas 0,5% do território havia sido desmatado. No entanto, de 1975 em diante, a situação piorou e, hoje, 18% dessas terras estão desmatadas. Em função disso, aumentaram os problemas ambientais e estimamos que 40% da floresta já esteja afetada pelo fogo, pela exploração madeireira

e pela caça. Aquele manto verde, quase impenetrável e destrutível, depois de três décadas de ocupação e desenvolvimento, está sendo degradado em função de uma economia baseada na extração dos recursos naturais de forma predatória.

A segunda característica da Amazônia é a violência. Ao longo da minha trajetória como pesquisador, tenho visto que há uma correlação entre violência rural e urbana nas cidades do interior e a taxa de desmatamento. Os municípios mais desmatados são os que apresentam maior índice de violência. A disputa pela terra tem gerado assassinatos e as mortes que ocorreram recentemente não estão isoladas desta

dinâmica. Não é a primeira vez que lideranças ambientais e sociais são vítimas da ganância. Essa situação de conflito sempre esteve presente no processo de desenvolvimento da região.

É bom lembrar que a Amazônia é um território imenso e que os conflitos estão localizados em uma área geograficamente pequena. Só o estado do Pará, onde moro, é maior que toda a região sul e sudeste. Os conflitos acontecem em uma extensão de terra equivalente ao estado do Rio Grande do Sul.

Quando se fala em Amazônia, temos de lembrar que também existem diferentes Amazônias: a Amazônia do alto Rio Negro concentra populações indígenas e é muito diferente da Amazônia do Marajó, da Amazônia do rio Trombetas, do rio Solimões. Eu sempre me refiro a Amazônia que está no chamado arco do desmatamento, a região que mais está sendo impactada pelo desmatamento e pelas ações da fronteira agrícola.

O terceiro aspecto é em relação ao subdesenvolvimento. Mesmo com a ocupação recente na Amazônia, ela continua pobre. Nos anos 1970, a Amazônia contribuía com aproximadamente 7% do PIB nacional e hoje o percentual permanece o mesmo. Além do mais, os indicadores sociais da Amazônia sempre estão abaixo da média nacional e da própria região nordeste, que é o concorrente mais pobre. Portanto, a região é subdesenvolvida social e economicamente. Algumas ilhas de prosperidade estão relacionadas à zona Franca de Manaus ou áreas de mineração.

Apesar de ter essas características negativas, a Amazônia tem uma face positiva. Ela oferece oportunidades para o Brasil, pois é superlativa em tudo: água, carbono, madeira, tem potencial hidrelétrico e jazidas minerais gigantescas. Além disso, ela é importante para o clima do Planeta e pode agravar os efeitos climáticos caso seja destruída.

IHU On-Line - Qual a situação social e econômica das populações que vivem próximas às áreas florestais?

Adalberto Veríssimo - Na Amazônia desmatada - onde os municípios já perderam mais de 80% da cobertura vegetal -, que se estende da região sul do Pará até o Maranhão, se tem o pior dos mun-

“Os indicadores sociais da Amazônia sempre estão abaixo da média nacional e da própria região nordeste, que é o concorrente mais pobre”

dos porque a natureza foi destruída e a pobreza se manteve ou foi agravada. O modelo de exploração da floresta gera uma riqueza passageira e a previsão é de que, à medida que florestas sejam destruídas, a pobreza se agrave.

Nos municípios onde a floresta está sendo desmatada atualmente, as pessoas têm uma melhoria na renda em função do atual boom econômico. Entretanto, aumentam os conflitos em função da disputa pela terra. Xingu e Marabá são municípios típicos desse tipo de fronteira. Nas regiões mais remotas da Amazônia, onde existe a maior área florestal, há pobreza, mas não miséria. A situação mais dramática está na região desmatada e isso mostra que o desmatamento não melhora a condição de vida das pessoas.

IHU On-Line - As obras de infraestrutura realizadas pelo PAC na região norte e nordeste do país podem reverter a situação de subdesenvolvimento da região ou tendem a agravar esse cenário? O país desmatará a Floresta Amazônica da mesma forma que fez com a Mata Atlântica?

Adalberto Veríssimo - As principais obras de infraestrutura brasileiras foram feitas no governo militar: o governo Médici¹ criou a Transamazônica²; o governo

1 **Emílio Garrastazu Médici** (1905-1985): ditador militar e político brasileiro. Exerceu as funções de adido militar em Washington e de chefe do Serviço Nacional de Informações. Assumiu a presidência da República (1969) em consequência de enfermidade do presidente Costa e Silva. Ocupou o cargo até 1974. (Nota da IHU On-Line)

2 **Rodovia Transamazônica** (BR-230): projetada durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974) é uma das chamadas “obras faraônicas” realizadas pelo regime militar devido às suas proporções gigantescas. É a terceira maior rodovia do Brasil, com 4 mil km de comprimento, cortando os estados brasileiros da Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Nasce

Geisel³ iniciou a construção de hidrelétricas, as quais foram concluídas no governo Figueiredo⁴. No período democrático, houve um recuo nas obras porque o Brasil não tinha dinheiro para bancar a infraestrutura na Amazônia. Então, os governos Sarney, Itamar e FHC investiram pouco.

No final do governo FHC foi criado o Programa Avança Brasil e o PAC é um modelo melhorado deste projeto. Hoje, o país tem mais dinheiro e estamos diante de um segundo ciclo de investimentos em infraestrutura. O governo federal sabe e, inclusive incorpora isso no discurso, que não dá para fazer as obras necessárias da mesma forma como foram feitas no passado: é preciso respeitar licenciamentos ambientais, não pode aumentar o desmatamento etc. Então, o discurso governamental é mais moderno, mas a prática está revelando desafios maiores. Em Rondônia, onde está sendo construída a hidrelétrica de Jirau⁵, aumentou a

na cidade de Cabedelo, na Paraíba, e segue até Lábrea, no Amazonas. Em grande parte, principalmente no Pará e no Amazonas, não é pavimentada. Planejada para integrar melhor o Norte brasileiro com o resto do país, foi inaugurada em 30 de agosto de 1972. (Nota da IHU On-Line)

3 **Ernesto Geisel** (1908-1996): ditador militar e político brasileiro. Foi adido militar no Uruguai, comandante da XI Região Militar em Brasília, chefe do gabinete militar da presidência da República no governo Castelo Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras (1969-1973). Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), indicado pelos militares, tomou posse em 15 de março de 1974, como penúltimo ditador militar depois do golpe de 1964. (Nota da IHU On-Line)

4 **João Batista de Oliveira Figueiredo** (1918-1999): ditador militar e político brasileiro, o 30º presidente do Brasil, de 1979 a 1985. (Nota da IHU On-Line)

5 **Usina Hidrelétrica de Jirau**: usina hidrelétrica em construção no Rio Madeira, a 150 km de Porto Velho, em Rondônia. Foi planejada para ter um reservatório de 258 km², que terá capacidade instalada de 3.450MW, e faz parte do Complexo do Rio Madeira. A construção está a cargo do consórcio “ESBR - Energia Sustentável do Brasil”, formado pelas empresas Suez Energy (50.1%), Eletrosul (20%), Chesf (20%) e Camargo Corrêa (9,9%). Confira os materiais publicados pela IHU On-Line sobre Jirau: *Conjuntura da Semana. A rebelião de Jirau*, disponível em <http://bit.ly/e5FnmE>; *Síndica-ta estima que 3.000 vão deixar obra de Jirau*, disponível em <http://bit.ly/LuCiCN>; *Operário maranhense morre na hidrelétrica de Jirau*, disponível em <http://bit.ly/madqwn>; *Jirau hoje, Belo Monte amanhã - Relatório aponta violações em Jirau e prevê repetição em Belo Monte*, disponível em <http://bit.ly/mAJJ6E>. Leia, também, a edição 39 dos **Cadernos IHU Em Formação**, intitulada *Usinas hidrelétricas*

violência e os investimentos sociais não foram feitos. Portanto, diria que, até agora, os efeitos colaterais das hidrelétricas têm sido contrários ao discurso.

Investimentos

Obviamente, a região precisa de investimentos e infraestrutura de telecomunicações, estradas, energia. Mas, para que os investimentos do PAC possam gerar um desenvolvimento sustentável que leve em conta melhorias na renda, diminuição da violência e baixo impacto ambiental, o Brasil terá de investir na Amazônia porque grande parte dessa infraestrutura não serve à região e, sim, aos interesses do resto do país. A hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo, será construída para abastecer o centro-sul do país.

Falta ciência e tecnologia na Amazônia. Esse tipo de investimento na região é pífio. Também existem poucas universidades, os cursos de pós-graduação são limitados e poucos pesquisadores brasileiros se debruçam sob o ecossistema. Os pesquisadores estrangeiros são os que mais publicam estudos sobre a Amazônia; pós-graduandos da Inglaterra e dos EUA estão dentro da mata. Portanto, os estudantes brasileiros têm de conhecer mais a Amazônia e gerar conhecimento.

Investimentos como saneamento são indispensáveis para melhorar a qualidade de vida na região. Se quiserem transformar a Amazônia em um laboratório de desenvolvimento verdadeiro, o investimento tem de ser mais robusto, na ordem de 300 bilhões de reais nos próximos 20 anos, o que equivale a 17 bilhões de reais por ano. Só assim será possível reinventar a economia da Amazônia e transformá-la em uma economia de maior valor agregado, em que as matérias-primas não gerem passivos ambientais. Nesse sentido, a soja deveria ser restrita a uma zona definida por zoneamento e deveria gerar produtos de alto valor agregado como farelo e óleo. Também poderiam instalar uma indústria de móveis na região e não apenas produzir madeira.

Então, o PAC poderá ser um aliado

no Brasil: matrizes de crises socioambientais, disponível em <http://bit.ly/ih0UqU>. (Nota da IHU On-Line)

“O modelo de exploração da floresta gera uma riqueza passageira e a previsão é de que, à medida que florestas sejam destruídas, a pobreza se agrave”

desta nova economia. Entretanto, se não forem feitos investimentos correspondentes em outras áreas, o PAC, por si só, não vai resolver o problema de subdesenvolvimento da Amazônia e pode, inclusive, agravar o desmatamento e os conflitos sociais.

IHU On-Line - O governo federal já anunciou a construção de novas hidrelétricas na região Amazônica e algumas delas poderão atingir áreas florestais. Como o senhor vê a possível instalação dessas usinas neste ambiente?

Adalberto Veríssimo - Energia hidrelétrica pode ser uma solução ou um problema. No caso da hidrelétrica de Itaipu, a relação entre áreas inundadas e produção de energia é muito positiva, pois é uma hidrelétrica de qualidade. Entretanto, a hidrelétrica de Balbina⁶, na Amazônia, é um desastre. Para construir essa usina foi necessário inundar uma área imensa e

⁶ **Usina Hidrelétrica de Balbina:** localizada no rio Uatumã (Bacia Amazônica), município brasileiro de Presidente Figueiredo, precisamente no distrito de Balbina, no estado do Amazonas. Cada uma das 5 unidades geradoras tem capacidade de geração de até 55 MW de energia elétrica, totalizando 275 MW. A usina é criticada por ter um alto custo e ter causado o maior desastre ambiental da história do Brasil. Inaugurada no final da década de 1980, é citada como um erro histórico por cientistas e gestores pela baixa geração em relação à área alagada, e pelas consequências disso. Balbina é apontada como problemática também no que diz respeito à emissão de gases de efeito estufa, considerados causadores do aquecimento global. Sobre hidrelétricas, confira o Cadernos IHU Em Formação, intitulado *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em <http://bit.ly/ih0UqU>. (Nota da IHU On-Line)

a quantidade de energia gerada não é suficiente para abastecer Manaus.

Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, na minha avaliação, terão impacto ambiental pequeno porque são hidrelétricas de fio d'água. Entretanto, irão gerar problemas sociais. Belo Monte⁷, por exemplo, é criticada porque é muito cara e, portanto, discute-se a viabilidade econômica da obra. Se der errado, o contribuinte brasileiro pagará a conta. Além disso, a usina gera conflito com as comunidades indígenas.

IHU On-Line - Mas como o senhor vê a remarcação de áreas de preservação ambiental no Brasil em função desses novos projetos de infraestrutura na região? A inundação de áreas para a construção de hidrelétricas pode gerar perda da biodiversidade e prejudicar a conservação da Floresta Amazônica? Corre-se o risco de extinguir áreas que deveriam ser preservadas?

Adalberto Veríssimo - De fato a instalação de hidrelétricas implica em desmatamento porque as áreas serão inundadas. Entretanto, se tiverem políticas compensatórias de novas unidades de conservação, por exemplo, é possível neutralizar o impacto das hidrelétricas.

Algumas áreas de Tapajós serão inundadas e a instalação de hidrelétricas na região afetará unidades de conservação. Meu argumento é que se ampliem outras unidades de conservação em áreas

⁷ **Usina Hidrelétrica de Belo Monte:** projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233,1 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento total do projeto e, conseqüentemente, o seu custo de geração. Confira mais informações sobre Belo Monte em: *Cadernos IHU Em Formação*, intitulado *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em <http://bit.ly/ih0UqU>; Hidrelétrica de Belo Monte: a queda do mito da energia barata, disponível em <http://bit.ly/LjwbH4>; Assembléia Geral da OEA recebe denúncia sobre Belo Monte, disponível em <http://bit.ly/j9YZLf>; MPF considera “missão quase impossível” impedir Belo Monte, disponível em <http://bit.ly/jvOGZH>; União Europeia está preocupada com consequências da aprovação do Código Florestal e da construção de Belo Monte, disponível em <http://bit.ly/kTQJWB>. (Nota da IHU On-Line)

“Os estudantes brasileiros têm de conhecer mais a Amazônia e gerar conhecimento”

próximas: para cada hectare inundado, devem ser estimadas outras áreas públicas para novas unidades de conservação. Se essas áreas forem criadas, os impactos desses empreendimentos podem ser minimizados. Como 0,5% do valor desses projetos será destinado à compensação ambiental, cerca de 400 a 800 milhões de reais podem ser utilizados.

IHU On-Line - Uma nação pode enriquecer econômica e socialmente preservando a natureza?

Adalberto Veríssimo - Sim. É possível utilizar os recursos florestais se o manejo for adequado. O Brasil ainda tem muitas florestas e as áreas já desmatadas são suficientes para abrigar à agropecuária. Portanto, é possível ter desmatamento zero daqui para frente. Também é possível manejar as florestas em pé e destinar um percentual para a conservação da biodiversidade.

IHU On-Line - As pesquisas em relação ao futuro da Floresta Amazônica nem sempre são animadoras. O senhor acha que um dia poderá se falar em ex-floresta no Brasil? Qual sua perspectiva em relação ao futuro do ecossistema?

Adalberto Veríssimo - O destino da floresta será decidido nesta década através das tomadas de decisões. De um lado, há uma pressão da sociedade e da comunidade internacional para conservar as florestas e reduzir o desmatamento. Nesta perspectiva, sou otimista. Entretanto, políticas públicas e medidas como as de alteração do Código Florestal podem comprometer avanços em relação ao combate do desmatamento. Ainda há chance de que a agenda da conservação do uso sustentável seja vitoriosa. Então, não sou fatalista e pessimista. A Amazônia ainda tem solução.

“Não é possível explicar o Brasil sem floresta”

“A Mata Atlântica assegura a qualidade e a quantidade de água para 112 milhões de pessoas, quer dizer, dois terços da população brasileira dependem da floresta para consumir água de qualidade”, informa Clayton Ferreira Lino, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

POR PATRICIA FACHIN E RAFAELA KLEY

Para garantir a sustentabilidade das florestas tropicais, não basta criar unidades de conservação isoladas, é preciso investir em preservação territorial, protegendo as florestas “nos contextos em que elas estão inseridas”, defende Clayton Ferreira Lino, em entrevista concedida à IHU On-Line, por telefone. “Quando se fala em proteger a Mata Atlântica hoje, tenta-se proteger os remanescentes desta floresta. Entretanto, essas áreas protegidas, às vezes, são pensadas como ilhas isoladas em meio a uma paisagem destruída. Neste contexto ambiental precário, elas não conseguem sobreviver ou conservar a biodiversidade”, argumenta.

No Brasil, a Mata Atlântica é um exemplo peculiar de floresta fragmentada, que se estende do litoral do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte. Segundo Lino, parte dos remanescentes da floresta está localizada em áreas privadas e desprotegidas. Portanto, para recuperar esses ambientes, é preciso “criar corredores entre eles, desenvolver atividades que não aumentem a devastação e, se possível, integrar e conectar estes fragmentos entre si e com áreas protegidas. Precisamos pensar a floresta como um todo, ou seja, pensar em unidades de paisagem a serem conservadas, restauradas e reconectadas”, ressalta.

Clayton Ferreira Lino é formado em Arquitetura pela Universidade Mackenzie de São Paulo e especialista em Conservação de Manejo Florestal. Atualmente, preside o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor defende a preservação territorial das florestas, especialmente da Mata Atlântica, e não apenas de unidades isoladas de conservação. Pode nos explicar essa visão territorial? Quais os desafios neste sentido?

Clayton Ferreira Lino - O caso da Mata Atlântica é emblemático para explicar essa visão territorial. A floresta era uma das maiores do mundo, entretanto, na visão desenvolvimentista brasileira, ela atrapalhava o crescimento do país.

O desenvolvimento brasileiro foi pensado por meio da agricultura, da pecuária, das indústrias, e, nesse contexto, a floresta era utilizada como fonte de matéria-prima. Há mais de 500 anos, os portugueses exploraram o Pau-Brasil e outros recursos florestais. Portanto, o primeiro ciclo econômico brasileiro aconteceu via um processo predatório dessa espécie. Esta visão de desenvolvimento se manteve ao longo dos anos, mudando apenas a planta a ser explorada: araucária, palmito jussara, imbuia.